ACÓRDÃO Nº. 63.698**(Processo TC/528962/2011)****Assunto:** Tomada de Contas relativa ao Convênio SESP Nº. 106/2008 e Termos Aditivos**Responsável/Interessado:** Tony Fábio Gonçalves Rodrigues e prefeito Municipal de Novo Progresso.**Proposta de Decisão:** Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA**Formalizador da Decisão:** Conselheiro Substituto Convocado) JULIVAL SILVA ROCHA (Art. 20, § 1º da LC nº 81/2012) e (Art. 191, §3º, do Regimento Interno) ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão da Relatora, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea "a", c/c o art. 62 e parágrafo único do art. 82, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1- Julgar irregulares as contas, e condenar a Sr. Tony Fábio Gonçalves Rodrigues (CPF: 547.375.911-49), Ex-Prefeito Municipal de Novo Progresso, a devolução aos cofres públicos estaduais da importância de R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais), atualizada a partir de 19/12/2008, e acrescida de juros até a data de seu efetivo recolhimento;

2- Encaminhar cópia desta decisão ao Ministério Público do Estado, para adoção das medidas que julgar pertinentes.

Os valores supracitados deverão ser recolhidos, no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para pagamento do débito apontado o disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº 17.492/2008. Este ACÓRDÃO constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da imputação do débito, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 63.699**(Processo TC/527830/2010)****Assunto:** Tomada de Contas referente ao Convênio -SEDC n. 658/2009.**Responsável/Interessado:** Sr. GILBERTO MIGUEL SUFREDINI e PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA**Proposta de Decisão:** Conselheiro Substituto DANIEL MELLO**Formalizador da Decisão:** Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA (Art.191, § 3º, do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 56, inciso I, c/c o art. 60 da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares as contas de responsabilidade do Sr. Gilberto Miguel Sufredini, prefeito à época do Município de Tailândia, no valor de R\$78.264,57 (setenta e oito mil, duzentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), dando-lhe plena quitação.

ACÓRDÃO Nº. 63.700**(Processo TC/005736/2021)****Assunto:** RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO**Recorrente:** MARCOS VENÍCIOS GOMES, Ex-Prefeito Municipal de Sapucaia**Decisão Recorrida:** ACÓRDÃO nº 61.248, de 27.01.2021**Proposta de Decisão:** Conselheiro Substituto DANIEL MELLO**Formalizador da Decisão:** Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO (Art. 191, § 3º, do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão do Relator, com fundamento no Art. 1º, inciso XX, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012:

1) Conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. MARCOS VENÍCIOS GOMES, Ex-Prefeito Municipal de Sapucaia (CPF:518.102.551-04), e no mérito negar-lhe provimento, mantendo-se o ACÓRDÃO nº 61.248, de 27.01.2021 em todos os seus termos;

2) Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público do Estado para que adote as providências legais cabíveis.

ACÓRDÃO Nº. 63.701**(Processo TC/510908/2007)****Assunto:** Prestação de Contas relativa ao Convênio SEDUC nº. 244/2006**Responsável/Interessado:** Espólio de Emanuel Nazareno Souza Muniz e PREFEITURA MUNICIPAL DE BUJARU**Proposta de Decisão:** Conselheiro Substituto Edvaldo Fernandes de Souza**Formalizador da Decisão:** Conselheiro Substituto Convocado JULIVAL SILVA ROCHA (Art. 20, § 1º da LC nº 81/2012) e (Art. 191, §3º, do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "b" e "d", c/c o art. 62 e parágrafo único do art. 82, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, julgar irregulares as contas, e condenar o espólio do Sr. Emanuel Nazareno Souza Muniz (CPF. nº. 173.763.272-15), ex-prefeito municipal de Bujaru, a devolução aos cofres públicos estaduais da importância de R\$ R\$ 74.515,38 (setenta e quatro mil, quinhentos e quinze reais, trinta e oito centavos), atualizada a partir de 17/11/2006, e acrescida de juros até a data de seu efetivo recolhimento;

O valor supracitado deverá ser recolhido no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este ACÓRDÃO constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da imputação do débito, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

RESOLUÇÃO Nº. 19.439**(Processo TC/535156/2019)****Assunto:** Tomada de Contas Especial instaurada na SECRETARIA DE SAÚDE DE CANAÃ DOS CARAJÁS.**Responsável/Interessado:** DINILSON JOSÉ DOS SANTOS**Advogado:** ANTÔNIO MARRUAZ DA SILVA, OAB/PA nº 8016**Proposta de Decisão:** Conselheiro Substituto DANIEL MELLO**Formalizador da Decisão:** Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno)

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 179, §3º, incisos I e II e §4º, incisos II, do Ato n.º 63, de 17 de dezembro de 2012, determinar a reabertura da instrução processual para que a Secretaria de Controle Externo e o Ministério Público de Contas se manifestem sobre a documentação apresentada, na forma e prazos regimentais.

Protocolo: 871459

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 502/2022/MPC/PA

Institui o Grupo de Trabalho para a realização de inventário patrimonial do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.

O Procurador-Geral De Contas, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO as determinações contidas no despacho de seq. 02 (PAE n. 2022/1380353), que acolhe sugestão do Memorando n. 22/2022/SEC/MPC/PA de formação do Grupo de Trabalho específico para a realização de inventário do estoque existente no almoxarifado e dos bens móveis permanentes pertencentes a este Ministério Público de Contas; CONSIDERANDO a necessidade de designação de membros para compor o mencionado Grupo de Trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho para a realização de inventário patrimonial do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.

Art. 2º Designar, para compor o Grupo de Trabalho, os servidores:

I - Ana Rosa Bassalo Crispino (Coordenadora);

II - Lívia da Fonseca Mendes;

III - Silvío Afonso da Silva Martins Filho.

Art. 3º Estabelecer a data de 31/12/2022 como data-limite para a finalização das atividades e para apresentação dos resultados do Grupo de Trabalho.

Art. 4º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 4 de novembro de 2022.

Patrick Bezerra Mesquita

PROCURADOR-GERAL DE CONTAS

Protocolo: 872652**PORTARIA Nº 501/2022/MPC/PA**

Institui o Grupo de Trabalho para a implementação da Política de Gestão Documental do Ministério Público de Contas do Estado do Pará

O Procurador-Geral De Contas, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO as determinações contidas no despacho de seq. 03 (PAE n. 2022/1354993), que acolhe sugestão do Memorando n. 21/2022/SEC/MPC/PA de formação do Grupo de Trabalho para a implementação da Política de Gestão Documental do Ministério Público de Contas do Estado do Pará; CONSIDERANDO a necessidade de designação de membros para compor o mencionado Grupo de Trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho para a implementação da Política de Gestão Documental do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.

Art. 2º Designar, para compor o Grupo de Trabalho, os servidores:

I - Carolina Martins VICTER (Coordenadora);

II - Caio Anderson da Silva Dantas;